

Procedimento concursal comum com vista a ocupação imediata de 2 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Município de Cascais da carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de licenciatura em Arquitetura com inscrição como membro efetivo na Ordem dos Arquitetos (CNAEF 581), para exercício de funções na Divisão de Estudos Municipais Estratégicos

ATA N.º 6

Aos cinco anos do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 14h38, reuniu, através de meios telemáticos, o Júri do procedimento concursal comum com vista a ocupação imediata de 2 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Município de Cascais da carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de licenciatura em Arquitetura com inscrição como membro efetivo na Ordem dos Arquitetos (CNAEF 581), para exercício de funções na Divisão de Estudos Municipais Estratégicos, aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 18 de julho de 2023, que recaiu sobre a proposta n.º 836/2023, publicado sob o Aviso n.º 24137/2023, no Diário da República, 2.ª série, n.º 239, e na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta OE202312/0311, ambos de 13 de dezembro.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente – Rui Pais de Amaral, Diretor do Departamento de Planeamento Estratégico:

1.º Vogal efetivo, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, Francisco Moreira, Diretor do Departamento de Estudos e Loteamentos;

2.º Vogal efetivo, Vera Calha, Chefe da Unidade de Apoio Técnico.

1. A reunião do Júri teve por objetivo deliberar sobre a graduação e divulgação dos resultados da aplicação dos primeiros métodos de seleção obrigatórios, a prova de conhecimentos ou a avaliação curricular (consoante a situação concreta de cada um dos candidatos admitidos), tal como previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual e do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de junho, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento, doravante designada por "Portaria".

2. Seguidamente, e tendo presente a deliberação do Júri vertida no ponto 3 da Ata n.º 3 do presente procedimento concursal, os candidatos João Pedro Lima de Almeida Bragança, José Pedro Dias Cardoso, Liliana Sofia Marques Miguel, Ricardo Jorge Soares Massena Gago, Sofia Isabel Lopes Caetano e, Tatiana Andreia da Silva Garcia Correia Franco, foram submetidos a avaliação curricular e os demais candidatos, à prova escrita de conhecimentos, a qual teve lugar no passado dia 22 de fevereiro de 2024.

3. Ambos os métodos de seleção em apreço foram avaliados numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 21.º da Portaria.
4. Nessa sequência, foi elaborada a lista correspondente ao anexo I, que, para os devidos efeitos, faz parte integrante da presente ata e no qual se encontram devidamente discriminadas as classificações obtidas pelos candidatos que se apresentaram à prova escrita de conhecimentos, bem como a menção aos demais candidatos que não se fizeram comparecer.
5. Atento o facto de cada um dos métodos de seleção e respetivas fases que os comportam assumirem carácter eliminatório, de acordo com o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do aludido diploma legal, e tendo presente o vertido nos pontos 11.4 e 13 do Aviso publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta n.º OE202312/0311, o júri deliberou, unanimemente, considerar, desde logo, não aprovados, e, por conseguinte, excluídos, não sendo, nesta medida, elegíveis para efeitos da aplicação do método de seleção seguinte, os candidatos que obtiveram uma valoração inferior a 9,5 valores ou que não compareceram à prova escrita de conhecimentos.
6. O resultado da avaliação curricular dos 6 candidatos submetidos a este método de seleção foi, de igual modo, reproduzido no anexo II à presente Ata.
7. O Júri determinou, seguidamente, dar início às diligências tendentes à aplicação dos segundos métodos de seleção obrigatórios, a avaliação psicológica e a entrevista de avaliação de competências.
8. De harmonia com o preceituado no n.º 2 do artigo 17.º da Portaria, a avaliação psicológica dos candidatos é realizada, preferencialmente, pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP). No entanto, o número 3 do mesmo artigo ressalva a possibilidade de este método de seleção ser aplicado pela entidade empregadora pública responsável pelo recrutamento, com recurso aos seus próprios técnicos que detenham habilitação académica e formação adequadas ou através de entidade especializada, quando, fundamentadamente, se revele inviável a aplicação do método pela enunciada Direção-Geral.
9. Ora, uma vez que este Município não dispõe, no momento, de uma equipa de técnicos, com formação especializada nesta área de atuação, disponível para levar a efeito esta empreitada, deliberou este júri, ao abrigo da faculdade que lhe foi conferida no n.º 3 do artigo 9.º da Portaria, solicitar a autorização do Senhor Presidente para recorrer aos serviços da DGAEP para aplicação do aludido método de seleção ou, em alternativa, caso este organismo público não apresente disponibilidade para o efeito, a uma entidade privada, a empresa "Thomas Portugal".
10. Por último, e para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do mesmo diploma, foi determinada a remessa dos referidos anexos para afixação em local público e publicitação na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais, em <https://www.cascais.pt/sub-area/recursos-humanos>.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, pelas 15h25, da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri

Assinado por: **RUI JORGE DE ABRANTES VAZ PAIS DE AMARAL**
Num. de Identificação: 06060070
Data: 2024.03.05 16:37:00+00'00'

Presidente

Assinado por: **Francisco Miguel Teixeira Lopes Moreira**
Num. de Identificação: 12332540
Data: 2024.03.05 16:50:02+00'00'

1.º Vogal Efetivo



2.º Vogal Efetivo